

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.001 - SP (2019/0277240-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : EMPRESA SAO JOSE LTDA
ADVOGADOS : REGINALDO LUIZ ESTEPHANELLI - SP025677
WILTON JOAO CALDEIRA DA SILVA - SP300595
AGRAVADO : ANA PAULA BARBOSA GABRIEL DA CRUZ
ADVOGADO : HENRIQUE GONÇALVES MENDONÇA - SP251294

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EMPRESA SÃO JOSÉ LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Agravo de Instrumento. Acidente de trânsito. Ação Reparatória. Cumprimento de sentença. Impugnação acolhida. Cálculos da exequente em desacordo com os parâmetros estabelecidos no título exequendo. Coisa julgada. Decisão reformada. Pensão em razão da incapacidade resultante. Vítima assalariada. Inclusão de 13º e indenização do terço constitucional no cálculo. Pedido implícito. Precedentes. Redução da verba honorária. Honorários fixados por equidade. Limite percentual que não se aplica. Recurso parcialmente provido" (fl. 407 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 450 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega a violação dos arts. 141, 492, 502, 507 e 508 do Código de Processo Civil de 2015. Defende, em síntese, que *"não há pedido específico, na fase de conhecimento, para inclusão do 132 salário e das férias + 1/3, do mesmo modo que o título executivo judicial, que transitou em julgado, não traz a determinação para que se inclua tais verbas no pensionamento"* (fl. 468 e-STJ).

Sem as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Na hipótese em tela, o Tribunal de origem consignou que *"r. sentença*

Superior Tribunal de Justiça

reconheceu o direito à pensão, com base nos rendimentos comprovados da autora, posteriormente convertidos em percentual do salário mínimo, para fins de atualização (Súmula 490, STF), de modo que não há que se falar em violação à coisa julgada" (fl. 408 e-STJ).

Nesse contexto, reverter a conclusão do tribunal local para acolher a pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista a ausência de condenação da parte em honorários nas instâncias ordinárias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator